

**CPI - FURP - FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR**

**08.10.2019**

**CPI - FURP - FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR**

**08.10.2019**

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato nº 47/2019, com a finalidade de apurar denúncias de irregularidades afetas à gestão da Fundação para o Remédio Popular - Furp - envolvendo os casos de corrupção no contrato de construção da fábrica de medicamentos, bem como para averiguar a reprovação das contas anuais da entidade pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e a ausência de planejamento e impactos da judicialização das demandas para o fornecimento de medicamentos de alto custo.

Registro com muito prazer a presença dos nobres deputados Agente Federal Danilo Balas, nobre deputado Delegado Olim, nobre deputado Alex de Madureira, nobre deputada Carla Morando e este deputado na Presidência.

Solicito à Sra. Secretária a leitura da Ata da reunião anterior.

**O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Pela ordem, nobre deputado Agente Federal Danilo Balas.

**O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL** - Solicito a dispensa da Ata, que seja dada como lida, por gentileza.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - É regimental a solicitação de Vossa Excelência. Está dispensada a leitura da Ata da reunião anterior.

Na reunião de hoje, temos dois itens: apreciação de requerimentos e proceder à oitiva do ex-secretário Dr. David Uip, que se faz presente, a quem eu peço, por gentileza, que tome assento ao nosso lado direito. Obrigado pela presença.

Passo então ao Item 1 da pauta de requerimentos.

- Requerimento datado de 25 de setembro de 2019, do nobre deputado Delegado Olim, Requerimento nº...

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Pela ordem.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Eu queria tirar esse requerimento. Retiro.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - É regimental a solicitação de Vossa Excelência. Fica retirado o requerimento da pauta.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Depois eu falo com o senhor.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Até para informação, excelência, chegou aqui - talvez o motivo seja esse - a informação da assessoria do Sr. Secretário da Fazenda de que está encaminhando para cá, nesta semana ou na próxima semana, o relatório sobre a CPP. Talvez seja isso que tenham entrado em contato com o senhor. Dar a notícia a todos, não é?

Item 2 - Requerimento datado de 4 de outubro de 2019, de minha autoria.

Passo a Presidência ao vice-presidente desta comissão, nobre deputado Agente Federal Danilo Balas, para que coloque em discussão o Requerimento nº 37. Até por ser de minha autoria, não posso presidir.

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Agente Federal Danilo Balas.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL** - Item 2, do nobre deputado Edmir Chedid. “Requerimento nº 37 - Requer, nos termos regimentais, a convocação do Sr. Luiz Roberto Beber, ex-funcionário da FURP e engenheiro que antecedeu o Sr. Ricardo Luiz Mahfuz no acompanhamento da execução do contrato da obra da fábrica de Américo Brasiliense.”

Em discussão o Item 2. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o requerimento.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Sr. Presidente, gostaria de pedir vista, tudo bem? Desse item.

**O SR. PRESIDENTE - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL** - É regimental. Vista à nobre deputada Carla Morando.

Passo a Presidência ao nobre deputado Edmir Chedid.

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Edmir Chedid.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Agradeço a V. Exa. por presidir a votação desse requerimento, excelência.

Vamos proceder então à oitiva do Dr. David Uip, ex-secretário de Saúde do estado de São Paulo. Temos a honra de recebê-lo aqui e quero deixar meu testemunho. Fui presidente da Comissão de Saúde e, todas as vezes em que o convidamos, nunca precisamos convocá-lo para vir até aqui. Ele sempre se dispôs a vir, a agendar a data de comum acordo e da mesma forma nesta CPI. Agradeço muito a sua presença no dia de hoje.

O senhor é convidado e, como de praxe, queremos dar a palavra ao senhor pelo tempo necessário, para o senhor fazer uma explanação que julgar necessária, e depois vou abrir a palavra aos Srs. Deputados para que façam os questionamentos que couberem.

Muito obrigado pela sua presença.

**O SR. DAVID UIP** - Presidente, muito obrigado pelo convite, honroso convite. Agradeço aos deputados que estão presentes, a todos. Realmente, eu acho que é uma obrigação.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Sr. Secretário, o senhor me permite, pela oportunidade? Deixei de citar aqui a presença do querido deputado, meu

amigo Carlão Pignatari, que atua como líder do Governo e se faz presente aqui hoje. Devolvo a palavra ao senhor.

**O SR. DAVID UIP** - Eu acho que a missão desta Casa é tirar dúvidas daquilo que lhe convém. E é missão do funcionário público vir aqui e esclarecer as dúvidas. Então, entendo esse momento como uma oportunidade de esclarecer dúvidas a respeito de um assunto complexo, que é a Furp.

Deputado, vou usar três minutos, não vou entrar no mérito da discussão. Obviamente, estou aqui para responder as dúvidas, mas quero iniciar esclarecendo como foi a minha gestão.

Fui convidado pelo governador Geraldo Alckmin para ser secretário de estado da Saúde e tomei posse - essa data é importante - no dia 5 de setembro de 2013. Então, meu mandato foi de 5 de setembro, o convite foi para 5 de setembro de 2013, e obviamente era um mandato suplementar, complementar, de um ano e quatro meses, porque ele se findou em 2014.

Lembrando uma coisa da qual os senhores têm conhecimento: governo, em ano de eleição, para em julho. Do ponto de vista da operação, você não pode assinar, não pode pedir, não pode requisitar no semestre que antecede a eleição.

Então, meu mandato: 5 de setembro de 2013; em 2014 foram as eleições para governador e só fui confirmado no cargo para o mandato subsequente do governador Geraldo Alckmin no dia 23 de dezembro de 2014. Então, um mandato de um ano e quatro meses e, na sequência, um mandato do governador que foi até o dia 16 de abril de 2018. Então, fiquei no estado, como secretário, durante quatro anos e sete meses. Sucedi o professor Giovanni Cerri.

Então, como foi, como entendo que tenha sido a gestão desse grupo? Primeiro, foi uma gestão muito participativa. Durante quatro anos e sete meses, todas as terças-feiras, tinha uma reunião técnico-administrativa, onde participavam todos os coordenadores, todos os assessores e as instituições que tinham a ver com a secretaria, incluindo a Furp.

Então, durante quatro anos e sete meses, a Furp se fez representada pelo seu superintendente em todas as reuniões da Secretaria de Saúde do Estado. Eu acho que é um dado importante para entender como funcionou a gestão, participativa na discussão dos problemas, participativa na discussão das soluções. Outra coisa que eu acho fundamental: a partir do momento em que nós entendíamos que os assuntos extrapolavam a Secretaria de Estado da Saúde, as discussões foram levadas a nível de governo.

Eu esclareço isso, porque muito do que eu vou explicar daqui para frente tem a ver com decisões de governo, do Governo do Estado, em que o governador era o Geraldo Alckmin. Eu quis usar esses três minutos para demonstrar como foi uma gestão - que eu entendo - muito bem-sucedida na Saúde, muitos pleitos atendidos, com muitas realizações.

Obrigado, deputado.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Muito bem. Agradeço as suas palavras iniciais. Abertas as inscrições, Srs. Deputados. O nobre deputado Agente Federal Danilo Balas tem a palavra, pelo tempo regimental. Deputada Carla Morando em seguida.

**O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL** - Primeiramente, agradeço a presença do nobre secretário. É ex-secretário, mas chamo de secretário David Uip. À época que o senhor ficou à frente da secretaria, como o senhor avalia o desempenho da Furp?

**O SR. DAVID UIP** - A Furp sempre me incomodou, do ponto de vista de entendimento, muito antes de eu ser secretário. Era uma situação que eu queria entender melhor. Quando eu assumi a secretaria, passou a ser uma preocupação constante, a tal nível que, em 2014, eu não tenho a data precisa, mas seguramente foi em junho de 2014, porque depois - por isso que eu esclareci -, de julho para frente de 2014, você não tinha o poder de contratação.

Nós contratamos a Fipe para fazer um balanço, uma análise econômica de contratos. Então, a primeira atitude que eu tomei foi conhecer profundamente a Furp. Eu tenho esse relatório, que é um relatório que foi entregue em dezembro de 2014. Eu vou dar dados iniciais para o senhor conhecer como é que eu peguei a Furp, na condição de ex-secretário.

A Furp, isso é a conclusão desta consultoria feita pela Fipe, todos conhecem a Fipe, que é uma instituição consagrada pela sua competência. Então, o resultado, em linhas gerais: primeiro, a Fipe, no seu relatório, mostrava que a Furp vinha de uma deterioração contínua no resultado operacional; o prejuízo da Furp acumulado entre 2010 à minha posse era de 110 milhões, 110 milhões.

Muitas coisas que eu vou falar aqui é por conta de ter ouvido a maioria dos depoimentos, e eu senti que os deputados não estavam esclarecidos. Então, a Furp tinha

um déficit, na minha posse, de 110 milhões. Como é que era a receita da Furp? Venda de medicamentos e aportes de recursos da Secretaria de Estado da Saúde.

Como é que é a despesa da Furp? E isso é muito importante. Atividade produtiva de Guarulhos, estou falando de 2013; manutenção da fábrica de Américo Brasiliense, e eu vou dar os números; atividade de logística, esse é um dado muito importante, porque a Furp se incumbiu de toda a logística de medicamentos no estado, que não para na produção da Furp, inclusive na vinda de medicamentos do Ministério da Saúde, os medicamentos de alto custo, no início, eram distribuídos pelo Ministério, depois, 40 medicamentos passaram a ser distribuídos pela Furp, que tem um custo operacional adicional muito grande; armazenagem e distribuição; compras de outros fabricantes e o Ministério da Saúde.

Um dado extremamente relevante: naquele momento, Américo Brasiliense aparecia como despesa. Por quê? Américo Brasiliense começou a ser construída em 2005. Foi entregue em 2009, começou e assinou o contrato com a PPP no dia 22 de agosto de 2013, 15 dias antes de eu tomar posse.

Só que tinha um dado, deputado, muito relevante. A despesa de Américo Brasiliense fechada era uma despesa grande, 2010: 12,4 milhões; 2011: 17,5 milhões; 2012: 15,1 milhões; 2013: 17,9 milhões. Então, a despesa da fábrica pronta, a fábrica operacional, totalizou 65,8 milhões. O que é isso?

Vigilância, limpeza, as coisas para manter uma fábrica não operacional. Então, custava muito caro para o Estado uma fábrica fechada. Aí eu vou remeter a discussão do porquê da fábrica. A fábrica, lá atrás, parecia um bom negócio para o Estado, porque havia uma carência de medicamentos genéricos, isso apontado pela consultoria, presidente.

Neste intervalo, de decisão de construção, construção até o término, a vida mudou. Os laboratórios privados e os laboratórios multinacionais cresceram, e o mercado de genéricos virou um mercado muito disputado e muito desejado. Então, a minha visão: quem decidiu fazer a fábrica achou um negócio importante para o Estado. Quando a fábrica ficou pronta, passou a enfrentar uma concorrência agressiva, no bom sentido, dos laboratórios nacionais muito competentes, muito competentes, e dos multinacionais.

É uma coisa interessante, porque, teoricamente, você olha a fábrica da Furp e você fala: “A fábrica da Furp é uma fábrica de produção”. Mas ela tinha e tem outras incumbências, inclusive distribuição e logística de medicamentos, então, adiciona o custo.

Outras dificuldades: o armazenamento de produto, deputado. É uma cadeia extremamente complexa, porque inclui armazenamento na cadeia do frio. Você tem que ter ambientes refrigerados. O nível de exigência dos órgãos reguladores, isso tudo é muita exigência e tem custo. Transporte: você tem que ter frota, inclusive frota frigorificada.

Então, na hora que você olha a Furp, não é a Furp operacional e produtiva, é a Furp produtiva, armazenamento, distribuição e logística. Isso onera o custo. Outro fato, e eu gostaria da atenção de todos os senhores: a evolução do faturamento da Furp de 2004 a 2013, redução do faturamento nominal de 34, 96%, redução de clientes de 87,94%; a inflação, o IPCA de medicamentos, aumento de 45,24; o IPCA geral, 66,76 por cento. Não houve o reajuste adequado dos custos de mão de obra e material de serviços de terceiros. Então, essa é a Furp que eu peguei, extremamente complexa.

Outro problema adicional: os funcionários da Furp são extremamente competentes. Eu não vi ninguém vir falar isso aqui até hoje, mas tem funcionários da Furp, a sua maioria, com muita competência. A Furp é um órgão muito regulador e exigente, e isso é bom para todo mundo.

Então, tem que ser bem entendida a Furp produtiva, mas tinha a Furp também com dificuldades. Por exemplo, do ponto de vista de recursos humanos, a Furp, na área de produção, por motivos diversos, vou pegar o número exato aqui, dos 426 funcionários da produção, quando eu assumi a secretaria, 24% tinham restrições médicas, e 12% estavam afastados da principal linha, que é a linha de produção.

Quando eu vi esse relatório, esse relatório foi entregue no final de 2014, quando eu não era secretário, foi bem na lacuna de expirando o meu mandato e o governador me convidado. De qualquer forma, quando o governador me confirmou, eu tomei decisões.

A primeira decisão foi trocar a direção da Furp. Eu troquei a direção e o superintendente da Furp. O novo superintendente Durval de Moraes trocou toda a diretoria e todos os assessores; nenhum dolo, nada com quem o antecedeu, uma decisão de gestão. Eu tinha que ter lá alguém da minha absoluta e total confiança, que trabalhava comigo na secretaria.

Então, a decisão de um funcionário público, concursado e da minha confiança, que fez as modulações e mudanças que entendeu necessárias, sempre apoiado pela Secretaria da Saúde. Outro fato que eu acho extremamente relevante: quem assina o contrato da PPP, que - eu insisto - antecede, em 15 dias, à minha posse?

O Governo do Estado de São Paulo, representado pela Secretaria da Saúde, a Companhia Paulista de Medicamentos, que representava o parceiro privado, mas tem



como cossignatários, porque é muito interessante, a Secretaria de Saúde e a Companhia Paulista de Parcerias. Quem é a Companhia Paulista de Parcerias? É a Fazenda e o Planejamento.

Então, o que eu entendo? Que a PPP assinada pela Furp e pela CPM, na verdade, é cossignatária da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, da Secretaria da Fazenda e da Secretaria do Planejamento. Entendido dessa forma, a partir desse momento, eu levei as discussões em nível de governo, e essas discussões, estou falando especificamente do contrato da PPP, elas foram lideradas pelo secretário de Governo, Dr. Saulo de Abreu, e a Dra. Karla Bertocco.

Então, eu entendo que a competência de discussão dos desígnios da Furp de Américo Brasiliense se tornou uma discussão de governo, e assim foi feito. Ocorreram dezenas de reuniões, envolvendo a Procuradoria-Geral do Estado, envolvendo a Fazenda, a CPP, envolvendo o Planejamento e a Secretaria de Estado de Saúde. Dezenas.

O que eu falo aqui, tem pauta e ata a respeito da preocupação em dar nexos a este contrato e a Furp.

**O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL - Satisfeito, Sr. Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM -** Obrigado, nobre deputado Agente Federal Danilo Balas. Passo a palavra à nobre deputada Carla Morando, pelo tempo regimental.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB -** Bom dia a todos. Bom dia, presidente. Obrigada pelas palavras. Dr. David Uip, bom dia. É uma honra, para nós aqui, termos o senhor hoje, falando sobre a Furp, que é uma das pautas que hoje está aí, rolando na Casa, sobre o encerramento da atividade ou não, e está muito aqui nos comentários dos bastidores.

Mas o que me deixa bastante triste de ver o senhor aqui hoje é saber que pessoas que têm uma vida particular e que nunca foram do serviço público... Empresário bem-sucedido, falar do Hospital Emílio Ribas, a gente fala em David Uip. Se a gente falar em Hospital das Clínicas de São Bernardo do Campo, que deixou nove cegos na gestão do PT em São Bernardo, hoje nós falamos em cirurgia cardíaca infantil no estado, se fala em David Uip e muitas outras mega benfeitorias da área da Saúde, enquanto o senhor foi secretário de estado, um dos brilhantes secretários que o Estado já teve.

Eu sou da área da Saúde, o senhor me conhece já, e nós sabemos de toda a sua importância. Também sabemos que, para a sua vida privada, ser público não é uma coisa muito interessante. Eu estou na mesma situação hoje. O senhor sabe que sempre fui da área empresarial também e me dispus a fazer este trabalho para ajudar na política, para ajudar a vida das pessoas, para melhorar um pouquinho a vida das pessoas. E eu sei que para o senhor foi igual. Particularmente dizendo, a gente sabe que o senhor não precisava trabalhar na vida pública, e o senhor não tem o porquê de fazer alguma coisa errada, porque dinheiro o senhor também tem. Então, isso me entristece, porque cada vez mais as pessoas de bem vão ficar longe da política por isso. E quem perde é o povo brasileiro.

Então, eu gostaria muito de agradecer a todos os seus préstimos enquanto secretário de estado e dizer que eu sei da sua idoneidade, da sua honestidade, da sua capacidade, da sua inteligência. E não tenho muito mais o que dizer. O senhor sabe de todos os sentimentos que eu tenho pela sua pessoa, profissional e pessoal. Muito obrigada por tudo, pelos préstimos que o senhor fez ao nosso estado.

**O SR. DAVID UIP** - Obrigado, deputada, sempre muito gentil. Parabéns pelo seu aniversário. Mas eu preciso contar uma história, porque eu acho que ela é importante nesse momento. Como é que eu cheguei a secretário de estado? Primeiro, eu tenho uma carreira completa acadêmica. Me formei no ABC, em 1975. Inclusive, a faculdade comemora 50 anos. Fiz três anos de residência no Hospital das Clínicas. Fiz mestrado, doutorado e livre-docência no Hospital das Clínicas, na USP. Depois, eu fui professor titular, diretor da faculdade. E agora reitor do Centro Universitário do ABC. Então, eu tenho uma carreira acadêmica completa. Não tem nenhum outro posto a que eu possa almejar.

Do ponto de vista de gestão, eu criei e dirigi alguns dos principais serviços do estado de São Paulo. Eu fundei e dirigi a Casa da AIDS por 10 anos. A Casa da AIDS muda a história da AIDS no mundo. Foi um modelo diferente. Eu dirigi os serviços do Hospital das Clínicas. Fui diretor executivo do Incor; fui diretor do Emílio Ribas. E depois, a convite do governador Geraldo Alckmin, secretário de estado. Mas esse convite, presidente, tem uma história bonita. Essa é outra história bonita.

Quando o governador Geraldo Alckmin me chamou para ser secretário, ele falou: “eu estou fazendo esse convite em meu nome e no nome do Mário Covas”. E por que isso? Eu fui assessor especial do Mário Covas durante muitos anos. E ele me preparava para ser secretário. Mas aí o Mário Covas adoeceu. Ele me chamou e falou: “olha, eu

tenho que fazer uma escolha”. O Carlão lembra bem disso. “Ou você é meu médico ou você é secretário; então, eu vou escolher você meu médico”. Então, foi assim que eu não virei secretário, lá atrás; e virei médico do meu querido e saudoso governador Mário Covas.

E o governador Geraldo Alckmin resgatou essa história para me convencer a ser secretário de estado. Eu aceitei, pelo Covas, pelo Geraldo; e aceitei como missão. Eu acho que um posto de secretário de estado da Saúde é uma missão. Só para os senhores terem ideia do que eu estou falando, é um orçamento de 23 bilhões de reais. Na gestão do Geraldo Alckmin e David Uip, nós inauguramos 13 hospitais estaduais. Nós inauguramos inúmeros ambulatorios de especialidade. Então, reformamos o estado inteiro. Os deputados mais antigos sabem do que eu estou falando.

Eu entendi como uma missão. E fui muito feliz como secretário. As pessoas: “não é um cargo público?”. Não, eu fui muito feliz como secretário. Faltou um cargo. Falta um cargo, que é o cargo de ministro. Eu coordenei toda a área de Saúde da campanha do governador Geraldo Alckmin a presidente. Mas eu acho que cheguei a secretário depois de carreiras completas como gestor e como acadêmico. Hoje, eu tenho a honra de ser o reitor do Centro Universitário de Saúde do ABC, que está ligado a três prefeituras - Santo André, São Bernardo, onde seu marido é prefeito, e São Caetano. Muito obrigado pelas suas palavras.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Bem, com a palavra o nobre deputado Delegado Olim.

**O SR. DELEGADO OLIM - PP** - Eu só quero primeiro cumprimentar os meus colegas aqui presentes, presidente. Eu só quero fazer um agradecimento em público, hoje, ao nosso ex-secretário, Dr. David Uip. Primeiramente, meu sócia, pois me confundem com ele várias vezes. Quando ele contou do Mário Covas, eu contei hoje aqui. Eu estava comendo numa lanchonete, e a senhora do lado olhou, olhou e falou assim: “o senhor podia me dar uma informação, como é que está o nosso governador? Quando o governador Mário Covas estava muito ruim, o senhor estava direto na televisão”. Eu falei: “não, não sou eu; é o Dr. David Uip. Eu sou delegado, por enquanto não estou cuidando de ninguém”. Mas foi muito assim, aconteceu.

Mas eu queria agradecer a esse homem, que muito me ajudou, principalmente com policiais baleados que foram levados, às vezes, até para hospitais particulares em que a

gente conseguia colocá-los. E tinham infecções. E eu ligava para o Dr. Davi, às vezes, quando a pessoa era muito amiga. Quando ele não ia, ele mandava alguma assistente dele. Então, eu acho que isso eu tenho que deixar em público. O senhor sempre ajudou a polícia, sempre foi uma pessoa muito digna. Qualquer coisa que eu pedia, na hora o senhor estava de plantão, atendia a qualquer hora. Eu lembro o dia em que o meu sogro morreu. Eu liguei para ele de madrugada, para me ajudar lá no SVO, que pertencia à Secretaria dele. E pronto, me ajudou. Como ajudou a várias pessoas.

Então, eu queria primeiro agradecer pela sua presença. Segundo, no que o senhor precisar de mim aqui, o senhor pode contar comigo, pelas amizades de pessoas que conheço, que são muito minhas amigas e são amigas do senhor. E é um agradecimento público da Polícia Civil, como também da Polícia Militar. Algumas vezes, aconteceram... E eu pedi para o Dr. David, sempre de prontidão. Quer dizer, isso, então, não tem palavras. Eu não tive nunca como agradecer. Então, estou agradecendo em público aqui na Assembleia Legislativa. É o meu segundo mandato. E eu faço questão de deixar isso aqui consignado, para falar isso para o senhor. Muito obrigado.

**O SR. DAVID UIP** - Deputado, muito obrigado. Foi um grande amigo de muitos anos. E as nossas histórias são muito curiosas. Eu estava contando para ele, agora, que eu estava com a minha mulher andando na praia, e um casal bem idoso e um mais jovem me pararam e falaram: “eu vendo muita batata e mandioca para você”. Batata e mandioca? “É, o senhor não é o dono da sala VIP?”. Eu falei: “eu não sou o Delegado Olim. Eu sou o David Uip”. Então, é confusão... Pois é, existem confusões que são sempre muito curiosas.

Mas eu fico muito grato, porque realmente eu sou um fã da Polícia Militar e Civil de São Paulo. E sempre que eu puder ajudar, porque entendo que são indivíduos em missões complexas... Então, graças a Deus, sempre que foi possível, nós ajudamos. Muito obrigado, deputado.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Tem a palavra, agora, o nobre deputado Alex. Deputado Alex, só falta a gente ser confundido com gente dessa estirpe.

**O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD** - E eu mandei uma foto para o senhor agora, com alguém usando uma gravata igual à sua. Essa gravata é...

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Não é do Partido Novo, né?

**O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD** - Não é; fique tranquilo. A hora que você vir a foto, você vai entender.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Presente da esposa... Tem a palavra o nobre deputado Alex de Madureira.

**O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD** - Obrigado, presidente, obrigado a todos os nobres deputados aqui presentes. Fazer referência ao aniversário da querida deputada Carla Morando. Deus abençoe você e a sua família. Vi no “Instagram” hoje de manhã e não pude deixar de me emocionar - sei que você se emocionou também - com o depoimento da sua família. Agradecer, aqui, ao nosso querido Dr. David Uip, professor, reitor. Tem um currículo tremendo e muito contribuiu para a Saúde, não só do estado de São Paulo, como de todo o Brasil. É considerado um dos maiores - eu vou dizer que é o maior - especialistas em doenças infecciosas do nosso país. Para nós, é um orgulho tê-lo no estado de São Paulo, tê-lo na cidade de São Paulo, e poder ter esse acesso que nós temos ao senhor, aqui, com relação às questões de Saúde.

Como o depoimento do querido deputado Olim, eu também tenho um depoimento a respeito do David Uip. Ele sabe disso. Uma família muito amiga dele e de nós se viu numa situação muito complicada, com a sua filha adoentada, e nenhum dos médicos conseguia descobrir o que era. Só sabiam que era uma infecção, e entraram com todos os tipos de medicamentos para combater aquela infecção. E quando viram que não resolvia de forma alguma, ela só piorava, piorava, piorava, disseram: “olha, vamos chamar o Dr. David Uip”. “Não, mas ele não atende nesse hospital”. “Não tem problema; ele vem para cá e vai resolver esse problema”.

Ele chegou, e uma coisa incomum aconteceu. Ele disse assim: “tirem todos os medicamentos”. É lógico que ele fez isso por conta da experiência que tem em todo o tempo que trabalha com esse tipo de doença. Ou seja, os remédios, na explicação dele, estavam maquiando a descoberta dessa infecção. E quando se tiraram todos os medicamentos, ele falou: “agora, entra com esse medicamento só”. E aí a infecção foi combatida, e a jovem Marina está aí até hoje, agradecendo a Deus pela vida do senhor.

Eu tenho só uma pergunta. Eu sei que o senhor, na sua explanação, deixou muito claro aqui, acho que eximiu todos nós de fazermos qualquer pergunta aqui quanto ao

tempo da sua gestão à frente da Secretaria de Saúde do estado. Foi muito claro, muito objetivo. Então, eu não tenho perguntas quanto à época da sua gestão à frente da Secretaria. A minha pergunta é só uma, e até para que o senhor contribua com essa CPI, nos ajudando a entender que caminho tomaremos. Chegando agora próximo aos relatórios, os deputados terão que apresentar os relatórios e o relatório final. Então, nós precisamos de subsídios, para que possamos chegar a um entendimento, chegar a um relatório final. Na sua opinião, Dr. David, qual a saída para a Furp?

**O SR. DAVID UIP** - Eu vou ser muito cauteloso, em respeito ao governador atual, João Doria. Nós somos do mesmo partido. Teve uma coisa, deputado: que “o David é político”. Eu sou mesmo. Eu não conheço nenhum secretário que sobreviva se não tiver o perfil político. Eu sou tão político que eu sou filiado ao PSDB há muitos anos. Então, eu sou muito técnico, mas com um perfil político. Então, em respeito ao governador João Doria e ao secretário, que é meu amigo, extremamente competente, experiente, eu não vou dar os rumos. Mas eu vou dizer algumas coisas que eu entendo que são importantes na reflexão.

Para mim, a política farmacêutica é muito complexa. E dentro do pacto federativo, a política pública de medicamentos deveria ser de responsabilidade do governo federal. O que eu estou dizendo? O governo federal - eu tenho os números aqui se for o caso - vem caindo fora da responsabilidade de financiamento da Saúde desde o ano 2000. De 55% que eles se responsabilizavam, hoje está menos de 40%. E o que isto acarretou? Uma sobrecarga nos estados e, fundamentalmente, nos municípios.

Veja bem: uma política pública de medicamentos... Por exemplo, medicamentos negligenciados, de doenças negligenciadas, não vai ter laboratório privado que vai fazer. Óbvio, dá prejuízo. Doenças raras: é complexo, precisa de muito investimento. Então, na minha leitura, o governo federal devia ter uma política farmacêutica onde ele designasse os laboratórios públicos estaduais e comissões, através da sua competência, mas financiasse. Isso não é responsabilidade nem de municípios nem de estados, porque essa política é nacional.

Quando eu falo de tuberculose, os medicamentos são complexos, são quatro medicamentos. Não vai atender aos pacientes do estado de São Paulo, vai atender ao Brasil. Quando eu falo da sífilis - que hoje é epidêmica, a sífilis do homem, da mulher, a sífilis congênita, e não tinha benzetacil no país -, eu falo de uma doença mundial. E falo de uma doença epidêmica no Brasil. Então, cabe a quem? À política pública nacional.

Então, para mim, é claríssimo o papel do laboratório público estadual, vinculado a uma política pública federal, com financiamento. Eu acho que a saída é por aí. Tem que se chegar a um acordo em nível de pacto federativo. Eu temo. Por que eu temo? Eu fico olhando o orçamento do Ministério da Saúde, ele só é concluído no ano de 2020 se incorporar as emendas impositivas. Se não, ele não fecha o orçamento. E é um orçamento, na minha leitura, menor do que precisa. São 129 bilhões.

Eu falei agora: o orçamento do estado de São Paulo é de 23 bilhões, e o estado de São Paulo atende a 45 milhões de paulistas e a 200 milhões de brasileiros. Porque os brasileiros que necessitam, com doença de alta complexidade, vêm para São Paulo. Um dado interessantíssimo, deputado: sabe quantos hospitais estaduais públicos tem o estado de São Paulo? Ninguém sabe: são 102 hospitais estaduais. Sabe quantos hospitais públicos estaduais tem o Rio de Janeiro? Nenhum. O Rio Grande do Sul, dois.

Então, é disso que nós estamos falando. A média e alta complexidade da Saúde no Brasil é atendida no estado de São Paulo.

Um outro dado muito relevante é a judicialização. A judicialização custou, para o estado de São Paulo, em 2017, 1 bilhão e 200 milhões de reais. De onde sai esse dinheiro? Não é o orçamento suplementar. A Fazenda não chama o secretário e fala “mais 1 bilhão e 200”. Esse 1 bilhão e 200 sai dos 23 e, se você tira de um lugar, você vai por no outro. Não tem dois dinheiros.

Aí o gestor público tem que ser corajoso. Decidir entre o certo e o errado, todo mundo decide. Fácil. Agora quero ver decidir entre o certo e o certo. Vem uma criança, uma família com uma criança com má-formação, que precisa de uma cirurgia cardíaca. E disso que se referia a deputada sobre a (Ininteligível.) criou no seu hospital de clínicas um centro de cirurgia cardíaca infantil. Absolutamente necessário e de uma competência, hoje, invejável.

Então, o que ocorre? Acha que um juiz não vai dar uma liminar para atender aquela criança? Claro que vai dar. E é muito justo. Agora, e quem vai ter que comprar isso? É o estado. Muitas vezes é um medicamento que não está nem aprovado. Se eu fizer uma curva ABC eu vou ver que 25% dos medicamentos consomem 90% da judicialização. É justo? É justo. Só que da onde vem o dinheiro? Essa história constitucional de que Saúde é um dever do Estado, é um direito do cidadão e uma obrigação do Estado, as pessoas param de ler ali, se esquecem de ler depois da vírgula. Desde que exista um planejamento econômico e financeiro e políticas públicas. Não dá para ter dinheiro para tudo.

Então, eu peguei a pior época da judicialização do estado de São Paulo e do Brasil: 1 bilhão e 200. Ministério da Saúde, 7 bilhões. Nós tomamos uma porção de medidas, Acesso SUS, a melhor informação ao juiz, para que houvesse a melhor decisão. Então, do orçamento farmacêutico, eu tenho que incluir 1 bilhão e 200 e não tem dinheiro a mais. E aí cabe ao secretário, cabe à gestão fazer a escolha.

Outro fato que eu acho extremamente relevante é que, nesta gestão, especialmente de 2014 a 2017, nós enfrentamos - nós é estado de São Paulo e Brasil - a maior crise financeira e econômica da história contemporânea do País. Só por falta de arrecadação, deputado, a Secretaria de Saúde perdeu 3 bilhões. É complicado.

Se eu olhar o aumento de orçamento da Saúde de 2013 a 2017, ele aumentou 11.6%, a inflação da Saúde aumentou 40%, então, como é que faz essa conta? O desafio futuro é grande. Tem que ter prioridades e tem que ter o envolvimento do governo federal. Se o governo federal não entender que a Saúde é prioritária... Não só do estado. O que acontece com o estado de São Paulo? Alta complexidade vem para cá.

Os deputados que trabalham no interior inteiro sabem o que eu vou dizer, as cidades que fazem fronteira com o estado de São Paulo, a sua população muda a residência, vem para São Paulo para pegar medicamento de alto-custo. Tem um medicamento que está para ser lançado, deputado, que vai custar 1 milhão e 400 mil reais a dose. É justo? É claro que é justo, mas quem paga? Os novos medicamentos para câncer, absolutamente justos, mas como é que faz?

A história atual, que é superinteressante, do Cannabis. O Cannabis tem indicação formal para crianças convulsivas que não respondem às drogas tradicionais. De cada dez pedidos judiciais, nove não tem amparo científico. Como é que o secretário autoriza alguma coisa que não está respaldado sequer cientificamente e nem aprovado pela Anvisa? Então, é uma política farmacêutica dura.

Outra coisa, matéria-prima. Como você compra matéria-prima? Sabe de onde vem a matéria-prima? Só de um lugar, da China. Vai negociar com a China. China e Índia. Mas a Índia compra da China. Então é duro, porque o preço é o preço de um vendedor.

Eu, graças a Deus, temos um governador muito competente, um secretário da Saúde muito competente, que vão ter que pensar bastante no futuro não só da Furp, mas da política pública de medicamentos no estado de São Paulo.

**O SR. ALEX DE MADUREIRA - PSD - Satisfeito, Sr. Presidente.**



**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Obrigado, deputado.

Quero registrar a presença do nobre deputado Thiago Auricchio, que é membro efetivo da comissão, nobre deputado André do Prado, que se faz presente, e a deputada Beth Sahão, que se faz presente.

Questiono aos senhores deputados se algum dos senhores deseja se inscrever para fazer uso da palavra.

Então, vou passa a Presidência ao nobre deputado Danilo Balas e vou fazer uns questionamentos ao secretário. Passo a Presidência a V. Sa. e já me inscrevo para fazer uso da palavra.

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Agente Federal Danilo Balas.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL** - Assumo a Presidência e já repasso ao repasso ao nobre deputado Edmir Chedid para os questionamentos.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Secretário, obrigado pela sua presença, mais uma vez. O senhor viu o respeito que esta Casa tem por Vossa Senhoria, pelo trabalho que o senhor fez durante toda a sua vida, preparado que foi pelo Mário Covas. Ele preparava as pessoas como ninguém. E pela sua história de vida, também.

Eu tenho alguns questionamentos, já que fui autor do requerimento da CPI da Furp. Inicialmente a gente estava preocupado com a denúncia lá de superfaturamento em um equilíbrio econômico e financeiro, a distribuição de remédios, a falta de remédios, tanto que criamos, aqui, quatro sub-relatorias e a relatoria final. Cada uma tratando de uma área, não é? Distribuição de medicamentos, a fábrica de Américo Brasiliense, a PPP, a fábrica de Guarulhos.

E essa sua fala, esse seu depoimento aqui, essa sua participação, é muito importante porque, o senhor, mais do que ninguém, conhece. Acho que além do Barradas, pelo menos que eu conheça na minha breve história política como deputado, o senhor foi o mais, o secretário que mais se dedicou a determinados assuntos no estado de São Paulo. O senhor

foi diretamente ao foco. E também foi aquele que ficou um bom tempo na secretaria, afinal, secretário de Saúde manter-se no cargo não é fácil. As dificuldades são enormes.

Lembro-me, uma vez, quando fui presidente da Comissão de Saúde, com muita honra, desta Casa, sucedendo o nobre deputado Cezinha de Madureira, que deixou o meu partido e foi para outro grande partido na época, e eu convoquei o senhor para vir aqui e convoquei o chefe da Casa Civil, porque o senhor não tinha orçamento para tocar e pagar as contas. Não tinha como fechar as contas. O secretário ficou bastante bravo, nervoso comigo, mas depois me ligou agradecendo: “obrigado, deu certo, me chamaram lá”. E ninguém veio aqui na Assembleia, mas arrumou lá um pouquinho de recurso a mais para a sua secretaria.

Acho que é o papel que todo deputado faz aqui também. E, muitas vezes, as pessoas não entendem: “Pô, parece que está lá querendo pegar no pé do secretário”. Às vezes não, às vezes a gente está ajudando de uma forma direta, mas que parece indireta.

Mas, secretário, eu acho que o senhor tem muito para falar para a gente aqui, então fiz alguns questionamentos de tudo aquilo que eu ouvi aqui na CPI até hoje. O senhor veio aqui, já deu dados importantes, mas eu vou questioná-lo um pouquinho mais se me permite.

O senhor fez o levantamento, entre 2004 e 2013, que foi quando o senhor assumiu a secretaria e a Furp, realmente, diminuiu muito o faturamento, não é? Entre 2015 e 2018 também. Reduziu a produção de medicamentos, da ordem de 800 milhões em medicamentos para 530 milhões. E aí a gente viu a fábrica de Américo Brasiliense crescer de 70 para 190 milhões.

Por que reduziu essa produção de remédios? É para diminuir despesa do estado? Qual o motivo? O senhor se recorda?

**O SR. DAVID UIP** - Para você ter uma fábrica operativa, você precisa ter investimento. E, para concorrer com as fábricas privadas, tanto as nacionais quanto as multinacionais, você tem que ter mais investimento. E não é só investimento na operação. Você tem que ter investimento, por exemplo, na pesquisa.

Então, para dar um número. Para hoje descobrir-se um antibiótico, o investimento é de 800 milhões de euros. Um laboratório privado, nacional, investe, em média, para mais e para menos, um bilhão de reais por ano do ponto de vista de novo “approach” para o futuro.

Nós pegamos uma fábrica defasada tecnologicamente. Muitos dos procedimentos eram feitos manualmente. Então, imaginem os senhores que tem uma fábrica aqui, multinacional, com todo aquele maquinário, produzindo caixas, embalando medicamentos, e a Furp embalando medicamentos, pondo remédio dentro de caixa. É disso que eu estou falando.

Imagine uma frota de caminhões que tem que ser totalmente revista. Porque na hora que você põe no caminhão, você pode estar pondo uma caixinha de 20 centímetros com um remédio que custa um milhão. Mais do que isso, para fazer esse transporte, além de sê-lo em condições adequadas... Por exemplo, frigorificadas, você tem que ter o seguro. Às vezes o teu seguro é tão alto que não comporta segunda carga no caminhão. O nível de exigência dos órgãos reguladores é enorme.

Então, a Furp perdeu cliente, perdeu a capacidade produtiva e arrumou uma concorrente, que é a Américo Brasiliense. Então, claramente, o relatório da Fipe aponta isso com toda a clareza. Veja bem, é algo que aconteceu e que nós tentamos equilibrar. A mudança da direção da Furp teve esse objetivo. E equilibrou. Agora, é um equilíbrio difícil, porque tem que haver uma decisão de investimento. Na qualidade de gestor, eu tenho que fazer um investimento que passa a ter competência para enfrentar o privado. É uma decisão de governo. É uma decisão política, financeira e econômica e é uma decisão muito difícil.

No final da história, eu vou comprar o medicamento da minha parceira privada que custa mais caro do que o medicamento da farmácia. Porque não tem escala. Então, são essas as decisões que precisaram ser tomadas.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Secretário, na sua gestão o senhor assumiu logo depois da assinatura do contrato da PPP, que foi feita, como o senhor já disse, decisão de governo, pelo secretário anterior e todas as secretarias que assinaram esse contrato. Planejamento, Fazenda, orientação lá da Secretaria de Governo.

O que o senhor conta para a gente? Teve uma decisão sua? Ou foi da Furp a decisão de pagar aquele reequilíbrio econômico e financeiro da construção da fábrica, que é um dos temas, aqui, da CPI.

Na sua gestão, segundo os executivos da construtora que vieram aqui, foram pagos, parceladamente, ao consórcio, cerca de 22 milhões de reais, que depois foi corrigido. E a gente ouviu, aqui, de vários depoentes que vieram à CPI, que esse contrato também já havia sofrido mais de 30 milhões de aditivos. O que o senhor tem a dizer sobre isso para

a gente? Esse acordo começou a ser pago em fevereiro... terminou de ser pago em fevereiro de 18. Um pouquinho antes de o senhor deixar o cargo de secretário de estado.

E também, o que chamou a atenção, que disseram aqui, o senhor pode confirmar e dizer o porquê, todos os custos relacionados à obra de Américo Brasiliense eram pagos pela Secretaria de Saúde. A Secretaria da Fazenda do Estado. Não sei se o senhor confirma isso. E esse reequilíbrio econômico e financeiro foi pago diretamente do caixa da Furp. Como é que se deu essa decisão para que a gente possa entender aqui isso.

**O SR. DAVID UIP** - Pois é, eu fiz uma linha do tempo aqui.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - É, eu sei que o senhor está cheio de documentos aqui, então a gente tentar explorar um pouquinho, porque o senhor tem facilidade para explicar as coisas, aqui, sempre quando veio à Assembleia. Então, é importante a gente ouvir bastante o senhor, até para que os sub-relatores e o relator possam concluir os seus relatórios nos próximos dias.

**O SR. DAVID UIP** - Eu vou dar linha do tempo. Então, o início da fábrica, como eu falei, foi 2005. Conclusão, 2009. Em 2012, o secretário... Há uma ação do consórcio liderado pela Camargo Corrêa, para um reequilíbrio do contrato de construção da obra. Investimento de 214 milhões.

Então, há uma ação, e eu fui atrás da ação. Essa ação transcorreu e foi julgada em setembro de 2013. Exatamente antes de eu entrar. Então, eu peguei... Quando eu assumi a secretaria, tinha uma ação transcorrida e julgada, do início de setembro de 2013. Eu fui atrás de todas as atas do conselho deliberativo da Furp, para entender porque eu não soube disso. Então, oito reuniões da Furp, que se iniciaram em março de 2013, discutindo o termo. Uma discussão, nunca se discutiu o mérito da ação.

O que se discutiu nas oito reuniões do conselho deliberativo da Furp era o acordo a ser firmado entre a Furp e o consórcio, o acordo que acabou sendo assinado judicialmente. Eu não tive como saber, primeiro porque essa discussão acaba antes da minha entrada. Ela transcorreu e foi julgada em setembro de 2013, eu entrei em cinco de setembro de 2013, óbvio que eu não tive acesso.

Um outro fato muito interessante é o que eu descobri do depoimento do secretário que me antecedeu. Toda vez, há uma passagem de bastão de um secretário para outro. Eu não peguei o governo recém-eleito. Fui convidado em outubro para assumir em janeiro.

Eu peguei uma secretaria de estado andando. Então, me falaram: “pilota um avião a mil quilômetros por hora”. Eu não tive o tempo de conhecimento anterior que assumi, mas o secretário que me antecedeu veio aqui e afirmou que, durante o mandato dele, ele não teve conhecimento dessa ação.

Se ele não teve conhecimento dessa ação, ele não tinha como ter me passado. Quando é que eu soube disso? Quando da assinatura do acordo, e esse acordo foi comunicado à Secretaria de Estado de Saúde como júbilo. Foi um acordo conquistado, que era de um jeito, ruim para o estado, e ficou melhor depois da negociação.

Uma coisa é nós olharmos esse acordo agora, depois de uma denúncia, de uma delação premiada. É assim que pode-se olhar. A outra é como se olhou antes. Havia uma ação transcorrida, seu advogado sabe melhor do que eu, julgada e sentenciada. E o pior, na definição da juíza, ela fala claramente que ela deu ganho para o consórcio, por conta que a Furp não se defendeu, por duas chamadas.

Em um segundo momento, ela afirma também que tanto a área econômica, financeira e jurídica da Furp concordavam com o reequilíbrio. Mais do que isso, deputado, em 2012, segundo relatos que obtive, eu não tenho como confirmar, a Secretaria de Saúde do Estado admitiu que havia um desequilíbrio de contrato.

Então, cabia a mim, depois de assinado o acordo, entrar ou não com algum tipo de coisa. Eu teria que entrar com uma ação transcorrida em julgado, onde havia admissão da área financeira, econômica e jurídica da Furp do débito, da Secretaria de Estado da Saúde em 2012. E o que eu conseguiria?

Bom, me falaram o seguinte. Lembra que eu, no começo, citei que todas as reuniões às terças-feiras iam todos os assessores, inclusive os jurídicos, e aí que essa história foi apresentada. O que diziam é o seguinte, qualquer coisa daqui para frente, você vai entrar em um processo de má fé. Além disso, o que você vai conseguir? Nada, porque a outra parte, que vai executar, está julgada e tramitada.

Então eu não tive nenhuma possibilidade de coisa alguma depois do aumento, esse aumento que não teve nada a ver comigo. Não foi da minha competência acompanhar a ação, porque ela transcorreu antes, e foi julgado antes da minha posse.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - E a decisão de pagamento, então, que foi feita pela Furp, foi porque quem fez foi a Furp, e não a secretaria.

**O SR. DAVID UIP** - Ora, eu tenho todas as atas. A secretaria foi comunicada depois do acordo firmado, e isso está em atas com pautas e atas.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Secretário, se o senhor estivesse lá, se o senhor estivesse secretário nesse período em que a ação foi julgada só em primeira instância... O senhor mesmo disse que a Furp não defendeu como deveria.

O senhor autorizaria fazer um acordo em um julgado de primeira instância, ou mandaria recorrer?

**O SR. DAVID UIP** - Bom, eu fiquei tão incomodado que contratei uma consultoria. Eu fiquei tão incomodado que eu troquei o superintendente - não só por isso -, troquei todos os assessores. Tudo me incomodou muito. Eu nunca tive uma atitude passiva - e o senhor me conhece bem -, de acomodação. Agora, óbvio que eu tenho assessores com competência para me subsidiar em decisões, falando claramente, daqui para frente...

**O SR.** - (Inaudível.)

**O SR. DAVID UIP** - Exatamente. Para mim é claro. Eu fui cuidadoso, deputado eu peguei esse relatório da FIP, encaminhei para a Procuradoria Geral do Estado. Eu tenho aqui o ofício. Eu tomei todas as providências que me cabiam, do ponto de vista de proteção do Estado. Então, nada disso passou isentamente. Eu tomei as providências que me... Inclusive, o encaminhamento para a PGE.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - E o senhor pode deixar, depois, esses documentos?

**O SR. DAVID UIP** - Só peço para que o senhor encaminhe, porque eu tirei cópias de todos os documentos quando eu saí de secretário. É uma providência que eu recomendo, quando você sair da função. Porque funcionário público é assim, você briga em turma e se defende sozinho.

Então, eu tirei cópias, e eu não sei se eu tenho autoridade para enviar cópias sem o seu deferimento.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Eu vou fazer o requerimento, então, a Vossa Excelência.

Secretário, explique um pouquinho mais. O senhor chegou lá, a PPP já tinha sido assinada, a produção lá da Américo Brasiliense, e, pelas informações aqui, vários depoentes disseram o seguinte: “Olha, o estado repassa deveria repassar 90 milhões, houve uma decisão de repassar só parte desses recursos, porque isso traria um prejuízo de 56 milhões anuais para o estado”.

Como é que se deu isso? Como aconteceu? Houveram reuniões com a CPP, com os donos da CPP, com o senhor, com a sua equipe? Que providências o senhor tomou lá enquanto secretário.

**O SR. DAVID UIP** – O senhor imagina. Primeiro, como eu falei, eu levei a discussão para o governo. Nós tínhamos reuniões regulares, envolvendo todas as áreas do governo para essa discussão.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - A assessoria está pedindo para o senhor falar mais próximo.

**O SR. DAVID UIP** - Para essa decisão. Houve uma grande discussão, e eu confesso que eu fiquei muito incomodado. Porque, vê bem. Como é que eu compro medicamentos... Olha o entendimento. Se eu levar em conta a compra do medicamento, eu estou comprando medicamento 165% mais caros. O medicamento custa, no meu parceiro privado 165% mais caro, se olhar desse jeito.

Então, em um primeiro momento, e esse primeiro momento, deputado, vai de maio de 2015 a julho de 2016, esse grupo, que envolveu todo mundo, decidiu pagar os medicamentos em cima da ata, a ata que nós abrimos para licitação nos laboratórios do Brasil.

Então, nós resolvemos pagar o preço de ata. Depois, o consórcio pediu o reequilíbrio de contrato. De novo, todo mundo se reuniu, e claro que tem o custo da fábrica. Eu falei aqui que a fábrica parada custou 65 milhões. Então, teve uma nova decisão, de pagar sete milhões e meio por mês, 90 milhões por ano, entendendo que este era o custo da fábrica mais produção.

Bom, tudo certo? Tudo certo. O Tribunal de Contas olha e fala: “Mas como que vocês pagam mais do que a ata de medicamentos?”. Então, deputado, essa é a segunda

das minhas afirmativas. Decidir entre o certo e o errado é fácil. Agora, decidir o certo e o certo... Isso pode ser visto entre o certo e o certo, ou o errado e errado, mas tinha que ter uma decisão, e elas foram tomadas.

Tudo que foi discussão possível, e eu quero dizer aqui, coisa que ninguém diz, a AMS sempre foi muito cooperativa nas discussões. Eu falei com o presidente da AMS, eu falei com o vice-presidente da holder. Esta função me foi delegada por esse grupo, que envolveu todo o governo. Saiu de decisão de grupo que cabia a mim a negociação, e foi negociado, e não se chegou a acordo, e eu respeito isso.

Do outro lado, tem uma empresa privada que fez um contrato, avalizado por todo estado. O estado, o governo inteiro avalizou essa PPP, no sentido de querer ser remunerada, naquilo que se via como direito.

Agora, deputado, isso não é simples. Pois é. Tem um contrato, e é um contrato que obedece leis específicas de PPP, eu tenho os números das leis, tanto estadual, como federal. Mais do que isso. Um ano e meio depois a minha saída de governo.... Nós estamos comemorando hoje aqui. Alguns comemoram a minha saída. Um ano e seis meses depois.

Dois secretários, de dois governadores depois e não está resolvido. Por que não está resolvido? Porque é difícil resolver. É um contrato, e um contrato em cima de algo inusitado na Saúde, que é PPP. O que tem de PPP na Saúde? Tem a PPP Furp, tem a PPP dos hospitais, dois hospitais magníficos, construídos em Sorocaba e em São José dos Campos, o terceiro sendo iniciado, o Pérola Byington, o hospital da mulher.

Ia ter uma outra PPP, deputado, de logística e distribuição de medicamentos, que eu não deixei ir para a frente. Não porque PPP é ruim, porque eu entendi que, naquele momento, o modelo de negócio não ia dar certo. Era um investimento muito grande em construção de farmácias e armazenamento, e um custeio grande. Então, eu entendi que uma PPP, naquele momento, de logística e distribuição de medicamentos não caberia, como eu não deixei ir para frente.

Uma outra história. A PPP na Saúde, ela tem que ser bem entendida. Quem remunera o parceiro privado, e como remunerar? Então, o que eu vejo disso tudo? Talvez o modelo construído da PPP Furp Américo Brasiliense, por ter sido o primeiro, possa não ter sido o melhor, e isso nós fomos aprendendo durante a evolução dos contratos.

Todo mundo que tem vida privada sabe que tem negócio que dá certo e tem negócio que dá errado, sem dolo. Você fez para dar certo, foi visto de um jeito, depois virou do outro.



**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Secretário, o senhor chegou a propor o extrato desse contrato com a CPP? O governo pensou nisso em algum momento?

**O SR. DAVID UIP** - Uma vez por semana. Todas as reuniões nós discutimos tudo, e, eu, deputado, tem uma outra coisa que eu fiz na minha gestão. Eu constituí um conselho superior de gestão. Esse conselho superior envolveu os ex-secretários de Saúde, os presidentes dos grandes hospitais, Sírio Libanês, Einstein, e envolveu grandes e renomados empresários, empresários importantíssimos do estado de São Paulo e do Brasil.

Como eu usei esse conselho superior de gestão? Para me aconselhar. Quem presidia esse conselho? O ministro Adib Jatene. Então, um conselho muito participativo, onde eu expunha todas as dificuldades na área de Saúde para o estado, e ouvia. Isso foi discutido também no conselho superior de gestão, que, por uma curiosidade, tinha como membro o João Doria, antes de ser prefeito.

Então, isso tudo foi muito discutido. Além de discutido, foi muito avaliado por todos os procuradores de estado. Faziam parte das reuniões. A grande dificuldade era ter solução. Na última reunião que teve desse grupo, enquanto eu era secretário, a decisão proposta era contratar uma empresa para estudar o contrato, para ver se conseguia uma forma de reequilibrar qual era a forma. Agora, eu posso garantir ao senhor e a todos que estão aqui presentes, que é complexo, e se não fosse, estava decidido lá atrás.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Secretário, uma coisa que nos deixa aqui sempre uma dúvida. O senhor já contou para a gente como foi convidado, e até preparado, para ser secretário de estado. Por que o senhor deixou a secretaria no meio do governo?

**O SR. DAVID UIP** - Eu não. Eu fui exonerado.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - E por quê? Tire essa dúvida para a gente.

**O SR. DAVID UIP** - Claro. Eu tinha combinado com o governador Geraldo Alckmin que eu sairia com ele, até porque, claríssimo, eu sou um cara partidário, eu sou do PSDB, e assumiu o novo governador, meu queridíssimo amigo, Márcio França, que era de outro partido.

O Márcio França, no dia 16 de abril, o filho dele está aqui, o Caio, na data do meu aniversário, me chamou. Falou: “David, eu gosto muito de você”. Ele foi extremamente gentil, cavalheiro, “mas eu preciso do teu cargo”.

“Nobre governador, eu não só, claro, estou à sua disposição, como eu trouxe dez pastas desse tamanho, para subsidiar o secretário que o senhor escolher”. Então, o Márcio França, além de muito gentil e cavalheiro, no dia da posse do secretário que veio depois de mim, o professor Zago, ele foi de uma gentileza na transição, e ele enumerou tudo aquilo que ele entendeu que eu fiz, de coisas importantes para estado de São Paulo. Márcio França é um querido amigo. Gosto muito e respeito muito. E teve uma decisão de governo de trocar o secretário. Assim é a vida.

A vida de secretário é uma corrida onde, de quatro, você vai trocando o bastão. E quem assume vai tocando a vida. Então, quem me substituiu foi o ex-reitor da USP. Hoje é presidente de um órgão importantíssimo. Ajudei no que pude na sucessão como eu ajudo o atual secretário naquilo que ele precisar. Então eu não saí. Fui exonerado o dia do meu aniversário.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Entendi. Secretário, a gente... Bom, ganhou folga no dia do aniversário.

**O SR. DAVID UIP** - Falaram que fiquei melhor depois.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Ganhou folga no dia do aniversário.

**O SR. DAVID UIP** - No dia do aniversário.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Secretário, então podemos entender o seguinte: Furp, Guarulhos... O governo do Estado, não sei se o senhor sabe agora, esse contrato de distribuição e armazenamento de remédios - que ele é custoso, cerca de 30 e poucos milhões de reais - quem assumiu isso agora foi a secretaria de Estado. Fez uma licitação e tirou da Furp. Tirou um custo que a Furp assumia para distribuir remédio para o Estado. Era custo do Estado. Essa medida é acertada?

**O SR. DAVID UIP** - Eu que preparei. Acredito que isso é um custo adicional que a Furp não deveria ter. Porque ela assume a responsabilidade de distribuir o que ela

produz, assume a responsabilidade de repassar o que os outros produzem. E o pior: ela assume a responsabilidade daquilo que não estava combinado com o Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde distribuía para os Municípios e deixou de distribuir. Era um custo adicional de logística e de estocagem.

Veja, a distribuição de medicamentos e logística é para gente grande. Porque tem que ter muita competência. Cadeia de frios, seguros, logística, é difícil. Estocagem é difícil. Entendo que sim.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Então, a última pergunta, porque acho que o meu tempo já deu. O seguinte. Pelo que a gente vem entendendo, a Furp Guarulhos, como o senhor mesmo disse, tinha que ter um trabalho de governo federal ajudando a bancar, a pagar e a custear todos estes laboratórios públicos.

Mas a gente vê que, com a retirada desses 30 e poucos milhões de despesa da Furp de Guarulhos, e com o trabalho que vem se fazendo de tentar vender mais os remédios da Furp para prefeituras, outros estados e até o governo federal, a Furp Guarulhos vai se equilibrar em termos de números.

Claro que o tempo vai passando, o maquinário vai se desgastando, não tem novos medicamentos, as coisas vão mudando. Como é que o senhor enfrentaria hoje a Furp Guarulhos e a Furp de Américo Brasiliense, por toda a experiência que o senhor tem?

É a última pergunta que faço. Depois, os agradecimentos.

**O SR. DAVID UIP** - Deputado, fui pago para ser secretário durante quatro anos e sete meses. Não sou mais pago para dar palpite. Quem de direito, que é o secretário da Saúde, extremamente competente, e um governador competente, vão ter a missão de vir aqui explicar para o senhor e para todo mundo.

Tenho certeza que farão da melhor forma possível porque são experientes. O atual secretário tem uma longa experiência em gestão. O governador é experiente. Então, a minha remuneração como secretário parou de ser paga em 16 de abril, segundo o meu deputado Caio. Este foi o meu presente de aniversário.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Secretário, então, para encerrar. O senhor, que entende dessa área, como o senhor mesmo falou, sou advogado, não sou da área: seria possível o Butantã assumir a Furp? É viável?

**O SR. DAVID UIP** - O Butantã, na minha leitura, é o diamante da coroa. O diamante da coroa. É o máximo. Quero ter crédito nisso, por conta que fiz mudanças - quando secretário - muito importantes no Butantã. Até aproveitando, deputado, eu, no Butantã, indiquei uma pessoa, e nomeei, que é o atual diretor, Dimas Covas.

A única pessoa que indiquei e nomeei. Então acho que o Butantã vem progredindo e vem mostrando competência cada vez maior. E vai ser absolutamente estratégico, cada vez mais, para o estado de São Paulo e para o Brasil. Digo mais. Até uma coisa que me fez refletir, deputado. Não sei se todos sabem. Sabem quanto o Brasil produz de derivados de sangue? Zero. Importa tudo.

O Butantã tem uma fábrica pronta, que nós, tem mais de 20 anos, discutimos muito do uso dessa fábrica do Butantã. Acho que essa sua pergunta é muito pertinente. Acho que uma boa discussão para a nossa liderança de partido, para o governo do João Doria, esse novo pensamento, talvez, de algum tipo de associação ou aproveitamento da Furp e Butantã. Acho que é uma pergunta pertinente, inteligente, e que deve ser discutida pelo atual governo.

**O SR. EDMIR CHEDID - DEM** - Obrigado, Sr. Secretário. Me dou por satisfeito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PSL** - Repasso a V. Exa., nobre deputado Edmir Chedid, para dar continuidade.

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Edmir Chedid.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Quero anunciar a presença do nobre deputado Caio França, que se faz presente aqui. E a inscrição da nobre deputada Beth Sahão, pelo tempo regimental.

**A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT** - Quero cumprimentar o secretário, doutor David Uip. E agradecê-lo pela presença aqui, bem como dos demais deputados e

deputadas que estão acompanhando hoje a Comissão. Alguns são membros. Outros estão acompanhando: o deputado Carlão, líder do Governo. Mas a gente vem aqui se perguntando ao longo dos meses que esta CPI vem funcionando.

Porque entendemos, da minha parte, particularmente, a importância que a Furp representa como reguladora na produção de medicamentos. O que foi feito ao longo desses anos também, sobretudo com essa parceria que, no nosso entendimento, foi muito nociva para o governo. E acabou prejudicando para os cofres públicos, não para o governo. E acabou prejudicando, inclusive, o desenvolvimento da Furp de Guarulhos.

Eu queria fazer algumas questões para o senhor. Acho que a gente podia fazer algumas. Depois vou fazer outras. Depois o senhor responde.

Mas, se é possível o senhor afirmar que o contrato de Américo Brasiliense mostrou-se prejudicial ao interesse público. A fábrica permaneceu subutilizada. E permanece ainda, até hoje. Resultando que a política de compra de medicamentos e insumos no mercado acabou sendo prejudicial ao erário.

Aqui, pelo relatório da FIP, foram repassados quase 50% - para ser mais exato, 46% - da produção de Guarulhos entre 2013 e 2014 para Américo Brasiliense. Aqui nesse relatório está: captopril, glibenclamida, metildopa e edrucloradiazina. São quatro medicamentos importantes que representavam 46% da produção da Furp daqui, e foram repassados para Américo Brasiliense.

Pergunto para o senhor: qual a razão dessa transferência? Se isso não vinha já com a intenção de esvaziar a produção da Furp de Guarulhos e, por consequência, ir gradualmente sucateando aquela empresa. Qual era a proposta original da divisão das competências?

O senhor cita que tem várias atas. Infelizmente, não peguei o início da sua conversa, porque estávamos exatamente numa outra área de Saúde também, conversando com o pessoal da Fundação Oncocentro. Mas, a partir do momento que cheguei aqui, o senhor disse que tem relatórios em atas. Eu queria saber onde que estão essas atas que o senhor citou.

Quem é o responsável? Quem foram os responsáveis por essas atas?

Porque aqui a gente tem muita dificuldade. Por exemplo, eu não sei, pergunto inclusive à secretária da Comissão. Nós aqui pedimos pela presença da procuradora geral do Estado. Porque muitas das informações e das oitivas que fizemos aqui, foi-nos dito que parte desses relatórios, e a quase totalidade das atas, eram encaminhadas para a PGE. Inclusive os questionamentos, as denúncias, etc.

Como a gente acabou acordando que a PGE deveria nos mandar um relatório para que a procuradora não viesse aqui, a gente concordou com isso. Então não sei se esses relatórios chegaram às mãos da CPI.

Mas, de qualquer modo, eu gostaria que o senhor nos ilustrasse nesse sentido. E também o senhor falou que o contrato foi feito para pagar 7 milhões e meio ao mês para a parceira privada. Palavras suas.

Eu pergunto-lhe: contratos não podem ser revistos? Contratos não podem ser refeitos? Ou, do ponto de vista jurídico, havia um impedimento que esses contratos fossem refeitos, para que não continuassem causando o prejuízo que foi dito aqui, ocasionado para os cofres públicos, para o erário público?

E também, por que se, o senhor teve conhecimento do motivo pelo qual não foram inseridos no Orçamento de 2018, investimentos para a Furp. Como a gente pode fazer uma empresa ser produtiva, uma empresa ter a sua capacidade de produção quase que exaurida, se não se tem investimentos na modernização, na compra de novos equipamentos e na compra de materiais?

Por exemplo, uma parte da ociosidade da Furp de Guarulhos é causada pela falta de embalagens e pela falta de penicilínicos. Eu queria também que o senhor comentasse isso, 50.53 de embalagens. E 39.20 de penicilínicos. Então são questionamentos que nos intrigam. Até reconheço... E aqui não há nenhuma afirmação leviana, no sentido de comprometer, de maneira nenhuma, a sua gestão.

Mas quero compreender por que determinadas ações não foram tomadas. Ou, se foram, não conseguiram causar e provocar os resultados esperados, de melhoria na produção, de melhoria nessa PPP. A impressão que a gente tem, secretário, é que havia uma empresa importante, que produzia bem, que funcionava bem. Aí resolveu-se fazer uma outra empresa. Parece que uma experiência na área de Saúde.

Uma PPP que não deu certo e prejudicou uma empresa que vinha caminhando bem. Porque ela acabou tendo prejuízos, tendo que fazer repasses para os quais ela não estava preparada. E não suportou tudo isso. Hoje chegamos ao ponto do governador, recentemente, ter afirmado numa rádio de grande audiência aqui na cidade de São Paulo, da sua intenção em extinguir a Furp.

Deputado Edmir coloca em uma perspectiva. Mas essa perspectiva, a gente sempre tem muitas preocupações de uma empresa do tamanho da Furp ser subsumida por uma empresa da qualidade do Instituto Butantã, que tem feito um trabalho muito importante,

sobretudo na produção de vacinas, e de pesquisa também. Portanto, são questões que eu queria que o senhor pudesse comentar conosco.

**O SR. DAVID UIP** - Obrigado, deputada. Infelizmente, a senhora não pegou o início da minha explicação.

**A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT** - Não peguei.

**O SR. DAVID UIP** - Não faz mal. Vou repetir. Quando assumi a Secretaria da Saúde, na sequência contratamos a FIP. Não sei se o seu relatório é o mesmo que o meu. Mas não é isso. Peguei uma Furp com uma deterioração continuada do resultado operacional e um prejuízo acumulado, entre 2011 e 2013, de 110 milhões. Essa é a Furp que vi quando assumi, através de um relatório que tenho em mãos. Esse é o relatório da FIP.

Além disso, deputada, Américo Brasiliense custava para a Furp, do ponto de vista de despesa, antes de ela entrar, do ponto de vista operacional, ela custou, em 2010, 12,4 milhões. Em 2011, 17,5 milhões. Em 2012, 15,1 milhões. Em 2013, 17,9 milhões. Então, a parceira privada fechada custou aos cofres públicos 65,8 milhões. E, daí, provavelmente, a justifica, se ele está numa alternativa de funcionamento da nova empresa, que antecede a minha posse.

A assinatura da PPP antecede a minha posse em 15 dias. Então, não tinha o que discutir a respeito da assinatura. E, provavelmente, quem assinou entendeu que era o melhor mecanismo de gestão naquele momento.

Esse contrato foi discutido pelo Governo dezenas de vezes, incluindo os procuradores do estado, em reuniões capitaneadas pela Secretaria do Governo, pelo Dr. Saulo Abreu e pela Dra. Karla Bertocco.

Nós discutimos exaustivamente. Nós nos assessoramos exaustivamente para tentar entender como esse contrato poderia passar a ser um contrato competente e viável para os dois lados.

Neste momento, eu entendo que é um contrato que tem que ser reavaliado. E, isto está sendo feito. Jamais deixou de haver providências no intuito de dar a melhor solução. Só que é um contrato que foi efetivado por um parceiro privado e pelo governo inteiro. Não foi a Secretaria de Estado.

Aliás, a Secretaria de Estado não assina; quem assina é a Furp. Então, a senhora vê: isso tudo foi pensado, debatido, e ainda não solucionado. Eu não entendo em algo doloso ao estado, ao Governo, de uma forma intencional.

Eu acho que é um negócio que ainda não deu certo.

**A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT** - Mas, o senhor não acha que esse contrato já poderia ter sido revisto há bem mais tempo?

**O SR. DAVID UIP** - Mas foi. O tempo inteiro da minha gestão não teve uma semana que nós não discutimos com esse contrato. E, se isso fosse simples, por que não foi decidido até agora? Nós estamos no segundo secretário depois da minha saída e no segundo governador. Todo mundo tentou. É difícil. Inclusive porque obedece leis apropriadas.

A leis das PPPs tem a lei estadual e a lei federal. É outro caminho jurídico. Então, isso é uma outra discussão. E a senhora tem razão quando diz que isso foi uma coisa que foi iniciada por uma PPP na Saúde sem experiência prévia.

Se a senhora me perguntar se eu acho que o modelo que foi discutido e aprovado é o ideal hoje, eu acho que não. Lá atrás, para quem aprovou, pareceu que era. E, o dia a dia mostrou todas as dificuldades que nós sabemos, sem soluções fáceis. As soluções são difíceis.

Eu insisto, a senhora pode ter certeza absoluta: se a solução fosse apreciada de fácil resolução, nós teríamos resolvido. É tão complexo que não se resolveu até hoje.

**A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT** - Quando o senhor diz que a Furp de Guarulhos teve, quando o senhor chegou, ela tinha um déficit grande, pelo que o senhor está colocando aí, ano a ano, esse déficit, na sua opinião, era ocasionado por quê? Qual que era o grande problema? Era falta de contratos, de novos contratos?

Porque hoje a Furp já está até, não sei se na sua época também era, desculpe não ter essa informação, você está vendendo para outros estados, porque hoje ela já tem contrato com outros estados, segundo o próprio superintendente atual que aqui esteve.

Então, naquela época não tinha. Como é que foi observado esse déficit, que foi sentido, claro, e o que foi feito para saneá-lo. Vamos: "Bom, nós temos um déficit de quinze milhões, é sete milhões, três milhões, dependendo do ano"; mas, o que a gente pode fazer para melhorar?



Ele era oriundo do quê? Era problema de registro? Era problema de matéria-prima? Era problema de embalagens? Porque hoje nós fizemos lá uma reunião, e a gente teve informações de trabalhadores - fizemos lá dentro da empresa - de que o medicamento está pronto, mas não tem a embalagem para poder comercializá-lo.

Porque o medicamento, às vezes, está pronto, mas não tem a bula para colocar na caixinha para mandar, como tem que ser. Então, a gente fica pensando, quer dizer: onde que houve os erros, se é que teve erros.

Eu sempre tenho o cuidado de não fazer grandes afirmações porque essas afirmações a gente vai tê-las de uma forma cada vez mais contundente na elaboração dos nossos relatórios. Mas, onde foi?

Inclusive, o Sr. Durval foi superintendente na sua época. Ele veio aqui e eu perguntei para ele se a Furp tinha solução. Ele disse que sim; inclusive, ele chegou a apresentar um plano para a recuperação da Furp.

Eu não sei se esse plano chegou às vossas mãos, e o que foi feito dessas propostas ou recomendações que ele lhe apresentou.

**O SR. DAVID UIP** - Eu vou dar números, deputada. Usos e despesas da Furp.

-Armazenagem: 19 milhões. Armazenagem do que é produzido na Furp. Estou falando da minha época.

-Armazenagem dos produtos que a Secretaria de Estado da Saúde compra: 15 milhões.

-Medicamentos da Furp: 4 milhões.

-Distribuição de medicamentos pela Furp: 35 milhões.

-Distribuição de medicamentos comprados da Secretaria de Estado da Saúde: 21 milhões.

-Outras: 14 milhões.

Os repasses da secretaria foram suficientes, excluindo Américo Brasiliense. Despesa de Américo Brasiliense. Quatro anos sem funcionamento, 65,8 milhões. Aí, o déficit acumulado, aquele outro a que me referi.

Então, está aí.

Dificuldades:

-Terceirização de armazenamento. A Furp não tem hoje competência de armazenamento de tudo o que precisa e necessita...

**A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT** - Eu não entendi o que o senhor falou.

**O SR. DAVID UIP** - Armazenamento. E, necessita de um investimento grande, inclusive para montar a cadeia de frio e de depósito de medicamentos.

Dois. Quando... É muito interessante, a Furp tem uma área de 320 mil metros quadrados, ocupada de 44 mil metros, e armazéns são 25.

-Para ir do primeiro ao 25, precisa de transporte. Não calcularam o custo.

-Queda na demanda dos produtos, evidenciada pela queda de preços e quantidades vendidas.

-Custo fixo elevado.

-Piora da produção fabril, com forte tendência negativa.

-Elevada ociosidade da planta de Guarulhos, por conta de falta de insumos para produção, baixa produtividade de mão de obra, exacerbada pelo alto índice de afastamento e absenteísmo.

-Equipamentos desatualizados.

Na minha gestão, deputada, eu peguei a maior crise financeira e econômica do estado de São Paulo e do Brasil. Caiu a arrecadação. O meu Orçamento, da minha posse à minha saída, aumentou 14,7% porque havia um governador extremamente sensível.

O governador Geraldo Alckmin, dos 12% constitucionais, ele aumentou para 13,16% o repasse para a Saúde. Aumentar para 13,16% não quer dizer que aumentou o dinheiro para a Saúde, porque arrecadou menos.

Então, vê bem, deputada: são escolhas. A maior crise financeira e econômica da história deste País. Nós temos nome e sobrenome por essas responsabilidades. Segundo, tem que fazer escolhas. Eu invisto na assistência, eu invisto na compra de medicamentos, eu invisto nos 102 hospitais estaduais, nos 70 AMEs, inclusive AME Mais, que faz todo tipo de assistência, inclusive, cirúrgica, ou eu invisto numa fábrica? São escolhas.

Há outra escolha, deputada. Eu sempre escolhi, entre o individual e o coletivo, eu sempre escolhi pelo coletivo. Entre o público e o privado, a melhor escolha é para a população. Foi assim a minha gestão.

Quando a senhora é prudente em falar que não gosta de responsabilizar, eu vou deixar muito claro: eu fui um grande secretário. Fui um secretário com participação em decisões muito claras, sempre participativas.

Eu sempre vim a esta Casa, durante os quatro anos e sete meses prestar contas. Há quatro meses, eu vim aqui dar conta das minhas decisões. Eu sempre fui ao Conselho

Estadual, que eu acho que é um órgão muito importante para o controle social, prestar contas.

O meu querido amigo aqui, deputado Carlos Neder, ele é testemunha disso tudo que eu estou falando. Agora, eu fiz escolhas operacionais, sempre julgando como prioritário o coletivo e sempre julgando o que era melhor para a população.

E, olha, não há situação que consiga pegar qualquer displicência, negligência, ou qualquer decisão da minha parte. Mais ainda: eu acho que as decisões que eu tomei, e o meu grupo tomou, foram as decisões acertadas.

**A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT** - Secretário, um antecessor seu, o secretário Giovanni Cerri, disse aqui, onde o senhor também está sentado hoje, que a Furp produz determinados medicamentos que hoje não são produzidos mais por laboratórios privados, que têm outros interesses, e a gente tem observado, de uma forma recorrente, o anúncio de que laboratórios privados vão deixar de produzir isso, vão deixar de produzir aquilo e vão deixar de produzir aquilo outro, por conta até que eles têm objetivos que nós sabemos quais são.

E eu gostaria de saber do senhor: com a extinção da Furp, esses medicamentos, eles vão deixar de serem prescritos pelos profissionais de Saúde? Eles vão ser produzidos, na sua opinião, ou os laboratórios privados, eles vão incorporar isso? Vão ser absorvidos pelos laboratórios privados? Como é que ficariam os pacientes, inclusive, que teriam necessidade de utilizá-los como uma forma de tratamento?

E, também, a gente sabe que o custo de produção - eu não tenho os números aqui neste momento, mas em alguns medicamentos o custo de produção - da Furp é muito mais baixo do que o custo de produção de determinados medicamentos no setor privado. Isso também não poderia causar um prejuízo para o estado?

**O SR. DAVID UIP** - Deputada, eu digo que vou responder porque eu ouvi a sua arguição ao Giovanni, e ouvi também a oitiva do Giovanni.

Então, eu ouvi as suas perguntas. E, eu tomei o cuidado de incluir as coisas que eu não tinha atualização da informação, e eu fui buscar. A senhora discutiu muito o Benzetacil.

Então, o que aconteceu com o Benzetacil: em um determinado momento, quem produzia Benzetacil no Brasil era a Eurofarma. E, ela parou de produzir o Benzetacil entendendo que ela precisava aprimorar as práticas.

Mas, o que tinha atrás disso? A única produtora do insumo, que era a China, teve seu produto rejeitado pelo Brasil e por outros países. Então, o problema dos penicilínicos não foi um problema brasileiro, foi um problema mundial, com uma consequente enorme dificuldade.

Note bem: como é que se lida com as doenças negligenciadas? Eu ouvi, também, na sua fala: "Não crie a expectativa de que um laboratório privado vai assumir prejuízo". A senhora tem absoluta razão. Eu, como sou um indivíduo a favor do lucro, não tenho nada contra o lucro, eu entendo que um laboratório objetive os seus investimentos, o retorno dos seus investimentos, até que ele possa reinvestir naquilo em que ele acredita, que são novas pesquisas.

Eu não me iludo, é assim que funciona a vida. Do ponto de vista público, eu tenho uma proposta claríssima, como se resolve isto. Isso é política pública nacional. Não falta medicamento para o estado de São Paulo. Não falta os quatro medicamentos para tuberculose, para os ambulatórios dos municípios de São Paulo. Isso falta para o Brasil. Então, uma política pública federal.

A política pública federal - eu fiz constar isso no projeto de planejamento do governo Geraldo Alckmin, caso fosse presidente. Para mim é claríssimo: o governo federal faz a política pública, designa recursos para os laboratórios estaduais, e missões por competência.

Mas, precisa vir o financiamento que tem direito. Porque, aí, o estado de São Paulo vai ter o ônus de produzir remédios que sabe que vai dar prejuízo. Isso tem que ser dividido, a cota.

E, o governo federal, ele saiu fora do financiamento da Saúde. Durante os últimos... todos os anos, ele não se responsabilizou. Então, tem uma política claríssima onde você abastece quem precisa, atende as doenças negligenciadas, e não onera um estado único.

A senhora ouviu isso também do professor Giovanni, e os laboratórios farmacêuticos de outros estados passam por dificuldades. Pois é, essa é uma forma de resolver, dividindo o investimento e o custo.

A Furp precisa e precisava de grandes investimentos. Eu tinha um relatório nas minhas mãos no final de dezembro de onde eu tirava o recurso. Eu tive que fazer escolhas. Então, a minha escolha foi pela atenção. Foi para oferecer medicamentos para todos os que precisavam.

Na minha gestão, nós aumentamos todos os parâmetros que a senhora imaginar, inclusive a entrega de medicamentos domiciliar. Agora, o investimento, que é um investimento enorme, ele precisava competir com outras necessidades, que eu sempre entendi como fundamentais para...

A senhora imagina se eu paro de passar recurso para um hospital público estadual. Que o paciente vai no pronto-socorro e não tem gaze, seringa e agulha para atender esse paciente. É disso que nós estamos falando. Nós vivemos a maior crise financeira e econômica da história contemporânea deste País. E eu como secretário de Estado eu disputei o orçamento - e todos que aqui estão que são do meu partido sabem disso - tostão a tostão com outras secretarias de igual importância. Orçamento é um só. O dinheiro é finito. Você disputa o orçamento.

Eu convenci o governador, um homem difícil, extremamente sensível, a passar de 12% a 13,16 por cento. Não quer dizer que veio mais recursos para a Saúde. Arrecadou menos. A conta é simplérrima. Você tem custo e tem despesa. Você tem a arrecadação; caiu a arrecadação, você tem menos dinheiro. Então é isto que acontece.

Se a senhora chegar para mim e falar hoje: “David, você tem uma secretaria que tem sobra de recursos”. Ah, minha querida, eu sou muito criativo. A senhora pode ter certeza que eu proponho coisas assim inclusive inusitadas. Agora, com os recursos que nós tínhamos...”. Uma outra coisa que ninguém sabe: desse orçamento de 23 bilhões da Saúde, sabe quanto vem do governo federal? Quatro bilhões.

E esses recursos são todos carimbados. A senhora sabe quanto sobra para um secretário fazer o que ele precisa? Dois bilhões e 23, o resto é carimbado. Então, deputada, tem horas que você faz o melhor possível e nem sempre o melhor possível é o suficiente.

**A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT** - Eu não sei se o senhor respondeu, ficou meio nas entrelinhas, por que não teve - porque se foi por falta de recurso talvez seja essa a resposta - os investimentos no orçamento de 2018 na lei orçamentária da Furp? Não tinha recurso para poder destinar?

**O SR. DAVID UIP** - Não tem recurso. Meu Deus do céu, o País está quebrado. Não vamos discutir por que o País está quebrado, mas o País está quebrado. Olhe o orçamento do Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde tem um orçamento que não dá conta do que precisa. O estado de São Paulo arca com o ônus da sua competência e faz isso com muito orgulho.

Nós atendemos o Brasil, deputada. Eu posso dizer, passar para a senhora, o número de atendimentos de outros brasileiros de outros estados por minuto no estado de São Paulo. Os municípios de outros estados que fazem fronteira com o estado de São Paulo vêm aqui comprar conta de água e luz para ter residência para pegar medicamento nas farmácias de alto custo do estado de São Paulo.

Os doentes de alta complexidade são todos transferidos para o estado de São Paulo, só que vem o paciente e não vem o recurso. Então, deputada, uma coisa é uma discussão quase acadêmica. A outra coisa é uma discussão quando o indivíduo está sentado atrás de uma mesa com a responsabilidade de um povo. Saúde é isso. Qualquer equívoco você afeta o povo.

Eu vou mais longe. Eu enfrentei além desta crise, eu enfrentei cinco epidemias: febre amarela, chikungunya, dengue, o recrudescimento das infecções transmitidas por sexo e influenza. E no final, para contemplar, febre amarela silvestre. A senhora sabe quanto custou para o estado atender um paciente, fazer um transplante de fígado no estado de São Paulo?

Foi o primeiro estado, o primeiro hospital, que fez um transplante de fígado com o paciente com a febre amarela. O custo de um paciente em UTI, que é um paciente grave, é R\$ 1.200,00/ dia. O custo de um paciente com febre amarela, R\$ 6.500,00. E eu vou deixar esse indivíduo morrer no Hospital das Clínicas porque eu não aceitei a nova ideia, o futuro, que é o transplante de fígado? Nós fizemos transplante de fígado em paciente com febre amarela.

É assim que são os recursos. Então, deputada, não quero me alongar, mas eu acho que eu tive competência de decisão até por conta de nunca ter deixado a linha de frente. Eu nunca deixe de ser médico. Então eu tenho sensibilidade para fazer as decisões que eu entendi que eram as melhores para a população.

**A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT** - Essa questão, acho que o financiamento da Saúde é um discussão à parte, que é um grande problema do País que precisa... Não é só do estado de São Paulo. Agora, o estado de São Paulo acaba tendo mesmo que abrigar outros estados, afinal de contas tem uma questão humanitária aí.

**O SR. DAVID UIP** - Deputada, eu brincava que eu era o secretário da Saúde do Brasil.

**A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT** - É, que precisa ser levado em conta. Nós também não podemos virar as costas para os nossos irmãos que estão em outros estados mais pobres que o estado de São Paulo. Mas como o assunto aqui é Furp, eu por enquanto estou contemplada.

**O SR. DAVID UIP** - Não pode falar da Furp sem falar de orçamento, não é, deputada?

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Dá por satisfeita, nobre deputada? Obrigado. O nobre deputado - então vou falar que é federal, o Carlos Sampaio - Carlos Pignatari. O nobre deputado Carlos Pignatari tem a palavra.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Você está lendo o meu pensamento. Eu quero encerrar a minha carreira como vereador da oposição na minha cidade. Verdade. Você não ria não, é verdade. Eu quero, a hora que eu parar, falar: Bom, agora eu vou ser vereador de Votuporanga da oposição, dia e noite, só pedra.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Aí é gostoso.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Mas primeiro cumprimentar o David Uip e dizer que eu tenho um prazer enorme de revê-lo, Dr. David, e eu sei do seu grande compromisso com a Saúde Pública e com o estado de São Paulo, mas não posso...

Eu acho que é uma hora, se o senhor pode fazer uma resposta, sobre o que eu vi numa revista, eu acho que foi a “Época” ou algum artigo ou alguma coisa sobre uma indicação. E conhecendo o senhor, eu sei que o senhor não é de nenhum grado fazer isso, de um irmão de um marido de uma funcionária do seu consultório para a Furp.

Eu acho que é a hora de esclarecimentos, porque no mínimo deve ser um absurdo, conhecendo a integridade e o compromisso em separar o público do privado, como o senhor sempre teve, que eu tive um prazer enorme de acompanhá-lo quase sete anos na Secretaria de Saúde de São Paulo. E sabendo disso eu gostaria que o senhor pudesse esclarecer essas dúvidas e cumprimentá-lo e agradecê-lo mais uma vez pela presença aqui na CPI da Furp.

**O SR. DAVID UIP** - Muito obrigado, deputado. Essa história é cômica, anedótica mesmo, por conta que assim, eu escolhi um funcionário concursado público do estado de São Paulo, que trabalhava na área farmacêutica da Secretaria de Saúde, o Durval, que é marido da Cristiene, que trabalhou comigo no Incor e trabalhou comigo na minha clínica particular. Um homem que nunca foi meu amigo. A esposa trabalhava comigo e foi um dos meus grandes acertos de escolha.

Um homem íntegro, um homem com um currículo exemplar em empresas multinacionais e nacionais, administrador de empresa, competente, que na minha leitura fez uma grande gestão na Furp, que deve-se o equilíbrio da Furp à gestão do Durval. Deputado, eu não sei como funciona a vida. A minha funciona assim, eu trabalho com pessoas que eu confio, não com amigos.

O Durval não é meu amigo. É um homem da minha total e irrestrita confiança. Agora, você põe quem da tua confiança para trabalhar do teu lado, o teu inimigo? Agora, eventualmente ele é casado com uma médica? Se eu for excluir todos os indivíduos que trabalharam comigo que porventura são casados com mulheres que participaram de qualquer serviço que eu dirigi, eu não tenho quem indicar.

Eu dirigi o Hospital das Clínicas, dirigi o Incor, dirigi o Emílio Ribas, criei e dirigi a Casa da Aids, fui secretário de Estado durante quase cinco anos. Como é que faz isso? Agora, eu posso garantir ao Sr. Deputado, eu tive parentes íntimos desempregados e nenhum foi empregado por nenhum órgão público e nem parceiros tipo OS. Pode levantar tudo.

Estou sendo xingado. Tenho sogro e sogra me matando. Então veja bem, jamais eu indiquei alguém da minha família em qualquer circunstância e as pessoas que eu indiquei foram pessoas da minha confiança. Quando entrei - e a senhora acompanhou isso totalmente - como secretário de Estado, eu levei quatro pessoas.

O Geraldo Reple, que hoje é o secretário de Saúde de São Bernardo; o Wilson Pollara, meu queridíssimo adjunto, secretário do município, hoje diretor do Iamspe; o Ricardo Strabelli, que hoje continua comigo lá na reitoria do ABC. É meu homem de confiança para cuidar de dinheiro. E o Durval, meu homem de confiança para cuidar de contrato. Então é assim que funciona, nenhum outro interesse, nenhuma coisa a mais do que isso.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Obrigado, presidente. Somente isso.



**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Pergunto aos Srs. Deputados, mais algum questionamento? Se nenhum dos Srs. Deputados faz questionamento, eu vou responder a nobre deputada Beth Sahão. A deputada Beth Sahão formulou um requerimento que nós pautamos dia 10 de setembro e depois houve pedidos de vistas e pautamos no dia 17 de setembro, que era o convite à Dra. Maria Lia Pinto Porto Corona, procuradora geral do Estado para que viesse a essa CPI prestar esclarecimentos sobre um parecer.

A própria deputada retirou esse requerimento, tendo conversado com o líder do Governo, que prontamente se prontificou que havia conversado com a procuradora, que ela prestaria as informações por escrito. A CPI encaminhou um requerimento datado, um ofício à procuradora geral do Estado dia 18 de setembro, um dia depois da sessão em que foi retirado.

Eles receberam lá dia 25 de setembro. O chefe de expediente é que recebeu o ofício e a gente está aguardando a resposta então da Procuradoria do Estado sobre o parecer GPG nº 1/16, exarado nos autos do processo 16847587186, de 2013. Sr. Secretário, queremos agradecer aqui a sua presença. Acho que foi muito oportuna a sua vinda aqui.

Acho que a CPI acertou em ser um dos últimos a vir aqui à CPI para fazer explanação de tudo como aconteceu, o que o senhor pensa, as medidas que a secretaria tomou naquele momento dentro da sua gestão. Queremos agradecer e passar a palavra ao senhor para o senhor finalizar caso queira.

**O SR. DAVID UIP** - Primeiro, agradecer ao senhor, que eu tenho a honra de contá-lo como um dos meus amigos. O senhor é sempre muito gentil, mas muito operativo. Isso é uma coisa que eu queria consignar aqui. Amizade não se mistura com deveres. Nós somos amigos, o senhor sempre cumpriu o seu dever e eu o meu.

Então teve momentos de embates sempre muito educados, sempre muito respeitosos, onde o senhor me ajudou muito. Nas suas ponderações, eu usei as suas ponderações e até falei já pessoalmente ao senhor, até os seus discursos como norma de avanço na minha concepção de gestão.

Então eu quero agradecer pessoalmente muito ao senhor. O senhor sempre me ajudou muito. Quero agradecer todos os deputados. Eu acho que me possibilitaram explicar a complexidade que é uma Secretaria de Estado da Saúde e até designar o meu orgulho e o meu respeito ao governador Geraldo Alckmin, que me possibilitou ter um cargo que muito me honrou e me deixou muito feliz.

Custou-me três “stents”, mas eu não me arrependo de nenhum deles porque eu acho que foi uma gestão profícua. Foi uma gestão aonde objetivou aquilo que nós entendíamos ser o melhor para a população do estado de São Paulo e do Brasil. E uma referência final, deputada.

Eu fui funcionário público durante 40 anos. Pedi demissão em maio desse ano para assumir o cargo de reitor do Centro Universitário Saúde do ABC e fiz isso com muita honra. E se tem alguém que respeita o funcionário público, incluindo os da Furp, sou eu. Tenho profundo respeito.

E as pessoas que falam duas coisas que me incomodam muito: uma é falar mal de funcionário público e a outra é falar mal do Sistema Único de Saúde. Eu sou um defensor ferrenho tanto do Sistema como do funcionalismo público e falo isso com a experiência de 40 anos e de ser um deles. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM** - Agradecer ao senhor pelo discernimento da amizade e do trabalho aqui. O senhor deu muito retorno para o Estado. Nós temos que agradecê-lo sempre, secretário. Obrigado pela sua presença.

Quero comunicar aos Srs. Deputados que amanhã os Srs. Deputados têm uma reunião agendada e reservada, às 11 horas da manhã, com o Dr. Marcelo Blautony Mendroni, que é o promotor de justiça do Grupo de Atuação Especial de Repressão à Formação de Cartel e à Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos, o Gedec, nas dependências do Ministério Público do Estado de São Paulo, às 11 horas então. Comunico aos Srs. Deputados.

Quero agradecer a presença mais uma vez do sempre deputado Carlos Neder, que é um profundo conhecedor dos temas de Saúde e também do procurador da Casa, mais uma vez agradecendo à Procuradoria da Casa hoje, o Dr. Cláudio Haase, que se faz presente e tem atuado em tudo aquilo que é necessário. Muito obrigado.

Dou por encerrada a presente sessão.

\* \* \*

- Encerra-se a reunião.

\* \* \*